



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editorka*

# **A luta do movimento discente frente a reestruturação do Curso de Filosofia da UNESP/Marília em 2013:**

A dignidade da licenciatura  
Elói Maia de Oliveira

**Como citar:** OLIVEIRA, E. M. A luta do movimento discente frente a reestruturação do Curso de Filosofia da UNESP/Marília em 2013: A dignidade da licenciatura. *In:* RODRIGUES, A.; GELAMO, R. P. **Percepções sobre o ensino de filosofia:** registros de um tempo e seus movimentos. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p 203-228.

DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-191-1.203-228>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

# **A luta do movimento discente frente a reestruturação do Curso de Filosofia da UNESP/Marília em 2013: A dignidade da licenciatura**

*Elói Maia de OLIVEIRA<sup>1</sup>*

*“Nas relações entre Filosofia e educação só existem realmente duas opções: ou se pensa e se reflete sobre o que se faz e assim se realiza uma ação educativa consciente; ou não se reflete criticamente e se executa uma ação pedagógica a partir de uma concepção mais ou menos obscura e opaca”.*

(Cipriano Luckesi)

## **Introdução**

Pensar o ensino da filosofia no ensino médio não é uma tarefa fácil, principalmente quando a formação daquele docente não foi suficientemente básica em sua graduação para lhe fornecer instrumentos para tal empreitada. Não é de hoje que se discute a formação dos professores na licenciatura e o que deve conter em sua formação para torná-lo um profissional adequado para os desafios da sala de aula atual. Diante dessa preocupação e do que estava por

---

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Estadual Paulista UNESP/Marília. Professor de Filosofia na E.E. Edson Viane Alves Prof. (Marília/SP). E-mail: eloimaia@gmail.com.

<https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-191-1.p203-228>

vir, discentes do curso de filosofia da UNESP/Marília, principalmente das turmas de 2009, 2010 e 2011 decidiram por se mobilizar e organizar um movimento estudantil histórico que geraria mudanças substanciais nas futuras formações de professores de filosofia desta instituição.

A minha busca pela filosofia deu-se justamente através da disciplina no ensino médio da qual me chamaram a atenção os temas abordados, sua pertinência para a busca de respostas e de como os filósofos se propunham a tal engajamento de construir uma filosofia para sustentar suas convicções e certezas. Meu ingresso no curso de graduação deu-se no ano de 2010, com um claro objetivo: formar-me e lecionar para adolescentes que, como eu, pudessem se apaixonar pela filosofia como eu me apaixonei.

Em meu primeiro ano, tudo muito novo, tive tremendas dificuldades para compreender a linguagem puramente filosófica e obras densas que fizeram, ao mesmo tempo, me desafiar para a leitura como me desanimar e acreditar que não era capaz (até então aqui não sabia se de fato eram os textos tão complexos ou a didática dos professores que dificultavam as coisas). Diante desse cenário hostil para discentes do primeiro ano, (pois em conversas com demais colegas as dificuldades eram quase unânimes), tínhamos um professor que fugia da regra, o professor Antônio Trajano, que era conhecido apenas como Trajano.

Esse professor que, em 2010 tinha por volta de seus 70 anos, mas com vigor de um homem de 20, lecionava a disciplina chamada “Introdução à Filosofia e a Leitura de textos filosóficos”. Sua metodologia era fantástica. Ele expunha teses filosóficas e faziam

discentes debaterem entre si com argumentos prós e contras à sustentação destas teses e expunha certos argumentos filosóficos com base em autores clássicos. Cada argumento que ele nos dava nos convencia, mas, no minuto seguinte, ele nos convencia com outro argumento totalmente contrário ao anterior. Saíamos esgotados da aula, mas com uma satisfação imensa.

Ao comparar a metodologia adotada pelo Trajano, em relação ao demais professores, pode-se notar além de características pessoais, como: a relação de afeto professor-aluno; a preocupação em, de fato, acompanhar o raciocínio e argumento que o estudante apresentava para entender a sua lógica, havia uma atenção pela forma como era conduzido e introduzido os temas filosóficos para sua exposição. Era apresentado o tema. Depois, ele permitia que os estudantes falassem sobre o tal, se já pensaram sobre, se tínhamos alguma concepção ou conceito formado. Em seguida, apresentava algumas ideias clássicas sobre o tema. E a partir disto, as discussões ocorriam com os argumentos e pensamentos apresentados pelos estudantes e os apresentados pelo professor. A aula ocorria em um formato dialógico, sempre com inserções de novos elementos para a discussão, ora pelos textos dos filósofos, ora por vídeos, vivências, etc.

Compreendo que a disciplina oferecida carrega em sua essência o caráter temático, e poderíamos pensar que, as outras disciplinas por terem sua abordagem mais histórico-filosófica, por exemplo, História da Filosofia Antiga, História da Filosofia Moderna e etc, a didática/metodologia ficaria limitada a ser exposta de uma maneira conteudista.

Justamente por serem disciplinas que carregam um peso teórico-histórico-filosófico, há uma necessidade dos docentes que ministram tais disciplinas se preocuparem com sua exposição, principalmente por se tratar de estudantes no primeiro ano do curso, na qual apresenta uma enorme pluralidade de formação e bagagem, ora podendo acompanhar com tranquilidade tal percurso, ora apresentar enorme dificuldade. As questões que me moveram a pensar a importância da licenciatura a partir deste contexto foi: Como vou conseguir ensinar sobre Platão e Aristóteles para alunos do ensino médio? Será apenas com leituras e comentários como são feitos na graduação? Será de caráter expositivo? Isso é ensinar algo a alguém, a pura transmissão de leitura do texto e seu comentário? Essa problemática tornou-se mais latente quando assumi algumas aulas no ensino médio no ano de 2012, que me deterei mais para frente sobre tais reflexões.

Voltando a aula do Trajano, lembro-me que ele queria que nos organizássemos em grupos para apresentação de seminários sobre determinados temas (não existia ainda WhatsApp e o Facebook ainda estava começando a se tornar público) e por eu ser uma pessoa bem expansiva, pediu que eu organizasse e enviasse por e-mail a ele os grupos formados. E é aqui que começa minha atuação para ser representante de classe e, posteriormente, representante discente do curso de filosofia no Departamento de Filosofia.

Na UNESP, os colegiados são formados nas seguintes formas: Conselho de Curso, Departamento de curso e Congregação. Essas três instâncias contêm representação discente. No Conselho de Curso, são 6 docentes com respectivos suplentes e 5 discentes com respectivos suplentes. Em decisões de deliberação, todos votam, e,

caso de empate, o coordenador do curso tem o “voto de minerva”. No caso do Departamento, os discentes têm mais um papel consultivo e informativo do que propriamente deliberativo, pois são apenas 2 discentes com respectivos suplentes que compõem regimentalmente parte do conselho departamental (que inclui decisões na pós-graduação, apesar de a pós-graduação ter o seu Conselho) com o corpo docente constituído de 15 membros na época, ou seja, todas as decisões tomadas eram substancialmente em razão dos votos docentes. E a Congregação com um regime chamado “70/15/15” dos quais compõem, 70% de docentes, 15% de discentes e 15% de funcionários (já se verifica previamente como se dão os andamentos nesta instância).

Dito isto, por todo o meu período na graduação, 4 anos, (depois mais 1 ano de bacharelado) fui representante discente no Departamento, local onde ocorriam as maiores discussões sobre o curso (mesmo não sendo a instância correta de discussão que, no caso, seria o Conselho de Curso, em que se tem o voto paritário) pela argumentação de que todos os docentes se encontram nesta reunião e é de interesse em comum (muitas vezes as reuniões de Conselho de Curso eram esvaziadas pelos próprios docentes, ficando assim, sem quórum para as deliberações necessárias fazendo-as na reunião departamental).

Em 2013, chega uma notícia que mudaria todo o rumo das futuras formações dos professores de filosofia e das demais licenciaturas. Começa a ser divulgada a informação de que os cursos de licenciatura de todas as universidades sofreriam alterações substanciais em suas grades de formação, a fim de capacitar e qualificar o profissional da licenciatura incumbindo a faculdade de

disponibilizar, em sua grade de formação, certas disciplinas obrigatórias (já intituladas pelo MEC) e que os cursos teriam que se adaptar para poder ministrá-las, tanto em relação à carga horária como na sua oferta. Eis aqui o momento claro em que os professores do Departamento de Filosofia teceram duras críticas a esta nova reestruturação e tiveram uma posição de grande resistência à mudança.

Um dos primeiros argumentos colocados na reunião de discussão sobre esta nova reestruturação foi que o curso tinha como objetivo e finalidade “formar acadêmicos, profissionais para a pesquisa”. Outra queixa era de “como conciliaríamos a carga horária pedida com as disciplinas já ofertadas, uma vez que teríamos então que suprimir disciplinas já existentes para encaixar as outras”, e “de quem oferecia estas disciplinas voltadas especificamente para a licenciatura?”. Vários docentes, de antemão, já se posicionaram contrários a ministrar tais disciplinas, docentes estes que concordaram com a primeira argumentação feita. Outros docentes, de um modo mais reflexivo, se posicionaram de forma a levar ao colegiado, de fato, a refletir sobre as mudanças e pensar possibilidades, ouvir os discentes, ao invés de encarar essa mudança como algo totalmente negativo.

Diante deste cenário e com os argumentos ditos, eu e os demais conselheiros, tanto o outro colega discente do Departamento quanto os do Conselho de Curso, chamamos uma assembleia de curso, no primeiro semestre de 2013, para expor as mudanças que estavam por vir. Dos encaminhamentos dados, foi tirada uma comissão de alunos que estudaria mais de perto todo esse processo de reestruturação e como os discentes poderiam participar.

A comissão contou com cerca de 7 discentes engajados para compreender detalhadamente esse processo e estudar os documentos pertinentes para tal reestruturação. Os documentos em que se basearam nossos estudos iniciais foram: *A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* – LDB (1996), as *Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Filosofia* – CNE/CES 492/2001, o *Manual de Instruções e Normas de Graduação* (2006) – Linhas de Ação para Orientação dos Trabalhos de Reestruturação Curricular das Licenciaturas e o *Projeto Pedagógico do Curso de Filosofia* da UNESP/Marília.

### **O estudo documental**

Depois de estipulados os documentos-base para o processo de reestruturação e analisados individualmente, nos reunimos para expor nossas visões e perspectivas e pensar nos devidos encaminhamentos que deveriam ser dados e considerados para todo o trâmite. Resolvemos discutir do macro para o micro, ou seja, primeiro pela LDB, as Diretrizes, o manual e o PP. Na LDB, percebemos que se trata de elementos gerais e de algumas questões burocráticas de ordem de funcionamento a fim de regular a oferta de ensino da Universidade. Logo, não contribuiu para o nosso objeto específico que era pensar a nova oferta da licenciatura, uma vez que a LDB não versava especificamente sobre isto.

Já as DCN para os cursos de Filosofia indicavam caminhos muito interessantes de como o curso deve ser estruturado, desde o perfil dos formandos, as competências e habilidades, os conteúdos

curriculares, a organização do curso, a estrutura, os estágios e atividades complementares. Desse modo, já aproveitamos a leitura e começamos a comparar o que as Diretrizes apontavam com o PP do curso de Filosofia.

Nas Diretrizes, encontramos que o perfil dos formandos tenha “sólida formação de história da filosofia, que capacite para a compreensão e a transmissão dos principais temas” (BRASIL, 2001, p. 3), sendo o licenciado “habilitado para enfrentar com sucesso os desafios e dificuldades inerentes à tarefa de despertar os jovens para a reflexão filosófica [...] e o gosto pelo pensamento inovador, crítico e independente” (BRASIL, 2001, p. 3).

Quando lemos o PP do curso de Filosofia sobre o perfil dos formandos, o que encontramos acerca da modalidade da licenciatura é: “Familiarizado com a técnica da ‘explicação de texto’, tornando-a privilegiado instrumento do ensino da Filosofia no 2º grau” (UNESP, [19-?], n. p.). Claramente observamos um total desalinhamento entre os documentos e dos seus perfis formadores da modalidade da licenciatura. Eu, como professor de filosofia do ensino médio (e não mais 2º grau), não estou e não posso apenas estar com uma instrumentalização da “explicação de texto”.

O que torna mais problemática a formação é quando nos deparamos com os “Conteúdos Curriculares” previstos nas Diretrizes e que ao lermos o PP do curso torna-se alheio aos interesses dos licenciados.

O elenco tradicional das cinco disciplinas básicas (História da Filosofia, Teoria do Conhecimento, Ética, Lógica, Filosofia

Geral: Problemas metafísicos. – Além de duas disciplinas científicas), tem se comprovado como uma sábia diretriz. Tal elenco vem permitindo aos melhores cursos do País um ensino flexível e adequado da Filosofia. Entretanto, tendo em vista o desenvolvimento da Filosofia nas últimas décadas, algumas áreas merecem ser consideradas, como: Filosofia Política, Filosofia da Ciências (ou Epistemologia), Estética, Filosofia da Linguagem e Filosofia da Mente. **No caso da licenciatura, deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam** (BRASIL, 2001, p. 4, grifos nossos).

No que tange à licenciatura, está claro no documento orientador que sejam ofertados os conteúdos definidos para a educação básica e sua didática própria. Eu, na época como aluno do 3º ano do curso (e nem depois no 4º ano), não tive nenhuma disciplina que me dessa esta apropriação conteudista para a educação básica e muito menos as didáticas próprias (ter a disciplina de “Didática” na grade curricular não significa que tal disciplina fosse oferecida pensando os conteúdos filosóficos à luz de seu ensino no ensino médio). Tal divergência é denunciada, não apenas no meu relato como ex-discente do curso, mas no próprio PP do curso, em que lemos que:

O ensino da Filosofia no segundo grau passa significativamente pela mediação do livro didático. Tal leitura tradicionalmente não encontra espaço nos Cursos de Graduação em Filosofia. De um lado, o recurso exclusivo às fontes primárias e às suas melhores traduções, o acesso aos artigos de caráter estritamente científico e acadêmico e também o estudo de textos dos grandes

comentadores, mantêm e garantem o elevado nível de formação do futuro profissional. [...] **Por outro lado, salvo devido a um pendor pessoal ou a uma experiência encontrada fora, o jovem professor vê-se pouco informado sobre o melhor material didático disponível e sobre a melhor maneira de utilizá-lo** (UNESP, [19-?], n. p., grifos nossos).

Ora, o PP reconhece que o material exclusivo do professor de filosofia é o livro didático, contudo alega que tal instrumento não cabe na Universidade? Só a formação com as fontes primárias com boas traduções (apesar de que as Diretrizes no campo de “Competências e Habilidades” apresenta que o aluno de filosofia deve ter “capacidade e leitura e compreensão de textos filosóficos em língua estrangeira”) e comentadores é suficiente? De fato, a formação do licenciado está sendo oferecida ou está sendo negligenciada para uma valorização apenas do bacharel? E este bacharel, não será professor universitário um dia? Estas e mais algumas reflexões foram levantadas na época.

Por fim, discutimos o Manual que rege a normatização dos cursos de graduação da UNESP. O Manual trouxe certos elementos que levantaram reflexões acerca dos apontamentos que realizamos na comparação das Diretrizes e o PP do curso de Filosofia, problematizando ainda mais a precarização do licenciado nestes moldes que vinham sendo apresentados.

Quanto aos princípios gerais: A formação de professores não pode ser concebida como uma superposição de dois conjuntos de conhecimentos, em que o estudo do saber disciplinar antecede o do saber pedagógico. As disciplinas ditas

pedagógicas terão que integrar a estrutura curricular de forma harmoniosa e não poderão estar concentradas em um ou dois anos. O saber pedagógico não complementa a formação do bacharel, articula-se com ela. Não se trata de alimentar a lacuna entre Licenciatura e Bacharelado, mas de garantir que núcleos comuns se construam e que as especificidades de cada formação se evidenciem (UNESP, 2006, p. 10).

O nosso questionamento se estabeleceu em: Será que nossa formação ocorre, de fato, essa harmonia entre Licenciatura e Bacharelado? Pelo que vimos nos documentos citados, será que o curso de Filosofia agia de tal modo que não necessitasse de tal reestrutura?

Recomenda-se que os cursos não retrocedam com relação à densidade de seus conteúdos e à sua duração, garantindo-se uma formação básica sólida para licenciados e bacharéis bem como a formação do professor capaz de exercer a ação docente com competência técnica e eticamente comprometida com os interesses da maioria e com os direitos da cidadania (UNESP, 2006, p. 10).

A formação docente, tanto para quem optava por seguir a modalidade de licenciatura, quanto para quem optava pela modalidade de bacharelado era adequada? A discussão sobre a formação docente é citada apenas uma vez no PP, tornando-a praticamente nula. Afinal, a importância de uma boa formação docente cabe apenas aos licenciados?

No apontamento da “Quanto à prática como componente curricular” o Manual apresenta:

A ‘prática como componente curricular’ ou **prática intencionalizada para a formação do professor** deverá estar presente desde o início do curso, seja nas aulas práticas das disciplinas de conteúdo— **independentemente de contemplarem também o bacharel**— seja nas atividades realizadas no interior das escolas, seja nas atividades extra-muros do ambiente universitário e escolar (órgãos técnicos e administrativos da educação, ONGs, projetos especiais etc.) seja ainda no interior de algumas disciplinas específicas de natureza eminentemente prática (Ex: “Prática de Ensino de...”, “Metodologia do Ensino de...” ou “Instrumentação para o Ensino de...”). Assim, a “prática intencionalizada para a formação do professor” poderá contar com a colaboração de todos ou da maioria dos docentes do curso (UNESP, 2006, p. 10, grifos nossos).

Este Manual foi redigido em 2006, ano em que foi realizada a formulação da nova grade do Curso de Filosofia. Lendo o que o Manual diz, e observando a grade curricular do Curso, notamos claramente a não observância no quesito: formação do professor desde o início do curso que também contemple o bacharel e que conte com a colaboração dos docentes do curso.

As disciplinas especificamente da licenciatura em filosofia oferecidas eram: Psicologia da Educação, Didática I e II, Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio e Estágio Supervisionado I e II. Todas estas disciplinas eram oferecidas pelo Departamento de Educação sem nenhum diálogo com os docentes do Departamento de Filosofia. Portanto, todas disciplinas ofertadas

para a modalidade da Licenciatura não dialogavam com as disciplinas oferecidas no núcleo comum do curso de Filosofia.

Assim, chegamos à segunda parte do Manual que visa compreender o processo de reestruturação ou alteração do currículo. Por definição,

Reestruturação curricular é o processo que visa à modificação substantiva na estrutura curricular vigente e que decorre da verificação de defasagem ou da inadequação da estrutura atual às exigências da realidade, ou ainda de novas determinações legais referentes ao currículo (UNESP, 2006, p. 17).

Questionamos se, de fato, o nosso curso se estruturava nas exigências atuais, capacitando-nos para a realidade fora do mundo acadêmico da Universidade. Para se pensar a reestruturação, o Manual indica uma documentação necessária para tal feito, sendo: Justificativa da reestruturação, resultado da avaliação do curso, breve histórico do curso, a adequação do currículo vigente às necessidades regionais e nacionais, tendo em vista o profissional formado e as novas exigências sociais, a situação da profissão, a caracterização do alunado – relação oferta/demanda e demanda/matricula e o acompanhamento de egressos no mercado de trabalho.

Diante dessas informações, ficamos atentos para observar se haveria uma busca por parte do Conselho de Curso ou do Departamento acerca destas exigências para a reestruturação do curso. Desta reunião feita com os 7 discentes do curso tivemos uma ideia, a fim de contribuir com os dados necessários para compreender quem eram os discentes do curso e o que eles buscavam

no Curso de Filosofia. Em 2013, foram coletadas informações, por meio de um questionário dos discentes das turmas que ingressaram em: 2010, 2011, 2012 e 2013 (tivemos dificuldade de coletar dados da turma de 2009, pois a grade do 4º ano era muito fragmentada, logo os discentes eram dispersos nas disciplinas optativas). Com estes dados em mãos e mais uma elaboração de pauta de reivindicações elaborada pelos discentes do curso para o Curso de Filosofia, marcamos um evento intitulado “NOSSA FILOSOFIA”.

### **A pauta de reivindicação e o resultado da pesquisa**

No dia 01 de outubro de 2013 foi realizado, na sala 64, um Fórum do Curso de Filosofia para divulgação dos resultados da pesquisa e da pauta de reivindicação elaborada em Assembleia dos estudantes do curso. A pauta de reivindicação incluía os devidos pontos:

- Abertura de uma nova turma em Filosofia no campus da UNESP/Marília com proporcional ampliação do corpo docente. A discussão central era pela justificativa que o curso de Filosofia da UNESP tinha um corpo docente muito pequeno e, conseqüentemente, não se tinha docentes de diversas áreas e especialidades ficando prejudicada a formação e pesquisa de demais discentes, que, por muitas vezes, gostaria de pesquisar uma temática ou filósofo específico, mas não havia ninguém do corpo docente que se propunha a tal pesquisa. A argumentação dos docentes do Departamento que impossibilitava a contratação de novos docentes era pelo motivo da quantidade de turmas oferecidas pelo curso.

Logo, nossa argumentação foi a de que se abrissem turmas, para então, ampliar o quadro docente, sendo benéfico tanto para o curso que teria mais turmas e pessoas formadas quanto para o campus. Porém, a posição do Departamento era que eles gostavam de ser um curso pequeno, com uma formação concentrada, visando à qualidade e não à quantidade, (como se uma coisa anulasse a outra), que, neste caso, não é esta a implicação, ou seja, a qualidade não seria afetada pela quantidade, mas ao contrário, pela quantidade, a qualidade aumentaria, visto o maior número de docentes, logo de pesquisa, formação e progressão na carreira.

- Ampliação do acervo de livros de acordo com a demanda do Curso.

- Ampliação do número de cotas do LABI (Espaço onde era permitido imprimir certo número de cópias de textos que os docentes enviavam para leitura obrigatória, mas que quase sempre os textos dados das disciplinas excediam o número de cópias permitidas).

- Ofertar disciplinas das Línguas clássicas, como o: grego e o latim dada a especificidade da Filosofia.

- Pela imediata realização de fóruns entre os professores e entre os estudantes que compõem o curso de Filosofia a fim de debater a reestruturação da grade do curso de Filosofia da UNESP.

- Pela exigência de que os professores de todos os Departamentos que compõem o Curso de Filosofia pudessem participar ativamente das discussões que os envolvam (a discussão da reestruturação do Curso de Filosofia estava apenas do âmbito do Departamento de Filosofia, mas outros Departamentos também

compunham a formação do curso, como os Departamentos de Didática e Educação e Desenvolvimento humano).

- Que toda votação referente ao Curso de Filosofia ocorra no respectivo órgão competente: O Conselho de Curso (como já supracitado, as discussões ocorriam em reunião Departamental e não no Conselho de Curso).

- Que as modalidades de Licenciatura e Bacharelado sejam tratadas com a mesma importância pelos Departamentos que compõem o Curso de Filosofia.

- Pela gratuidade dos eventos em Filosofia promovidos pela FFC para os estudantes do Curso (Diante da necessidade de cumprir os créditos complementares e muitos alunos não tinham condições financeiras de arcar com os custos de inscrições de eventos).

- Pela exigência do cumprimento de todas as atribuições do corpo docente, a serem definidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária, obedecendo ao princípio de integração das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão universitária conforme o artigo 78 do Estatuto da UNESP, p. 35.

Apresentada a pauta de reivindicação, houve a exposição do resultado do questionário formulado. O questionário foi respondido por 60 discentes das turmas de ingresso dos anos de: 2010, 2011, 2012 e 2013, pelo formulário do Google Forms e enviado ao e-mail dos discentes do curso restrito apenas a uma resposta por e-mail vinculado à matrícula no Curso de Filosofia. As perguntas foram as seguintes:

Objetivo e justificativa da realização do questionário: Processo que visa à modificação substantiva na estrutura curricular e que decorre da verificação de defasagem ou inadequação da estrutura atual às exigências da realidade.

Em relação à modalidade do Curso, qual você pretende cursar?

10% - Somente Bacharelado

8% - Somente Licenciatura

58% - Licenciatura e posteriormente bacharelado

23% - Bacharelado e posteriormente Licenciatura

O Projeto Pedagógico do Curso de Filosofia da UNESP entende o perfil profissional de seus bacharéis como: “O bacharel em Filosofia é profissional capacitado ao trabalho de docência e pesquisa no ensino superior, plenamente habilitado para o trabalho intelectual, desenvolvendo ensaios cuja característica é a originalidade da reflexão, bem como comentários de alta especificidade técnica e erudição histórico-filológica”. Sobre o referido perfil profissional, você considera que o PP:

11% - Habilita plenamente para este perfil.

48% - Habilita parcialmente para este perfil.

20% - Habilita raramente para este perfil.

20% - Não habilita para este perfil, ainda que o diga.

O Projeto Pedagógico do Curso de Filosofia da UNESP entende o perfil profissional de seus licenciados como: “Igualmente familiarizado como a técnica da ‘explicação de texto’, tornando-o

privilegiado instrumento do ensino de Filosofia no 2º grau. O licenciado deverá, também, promover o contato produtivo de seus alunos com os mais significativos movimentos da cultura ocidental, no domínio das ciências e das artes”. Sobre o referido perfil profissional, você considera que o PP:

7% - Habilita plenamente para este perfil.

52% - Habilita parcialmente para este perfil.

23% - Habilita raramente para este perfil.

18% - Não habilita para este perfil, ainda que o diga.

Qual a sua avaliação sobre as disciplinas (conteúdo, método, didática, carga horária) para a formação do licenciado em Filosofia?

4% - Excelente

2% - Muito bom.

18% - Bom

39% - Razoável

30% - Ruim

4% - Péssimo

3% - Não quis opinar

Qual a sua avaliação sobre as disciplinas (conteúdo, método, didática, carga horária) para a formação do bacharel em Filosofia?

4% - Excelente

9% - Muito bom

29% - Bom

39% - Razoável

14% - Ruim

4% - Péssimo

1% - Não quis opinar

Depois de divulgados a pauta e os resultados, os discentes deste comitê teceram breves reflexões sobre os dados obtidos e interpretados à luz da reestruturação que o Curso de Filosofia sofreria.

A mim, couberam algumas considerações sobre a filosofia no ensino médio e o papel do professor de filosofia neste contexto da reinserção da disciplina de caráter obrigatório em 2008 pela Lei N° 11.684, de 2 de junho de 2008. Questionei que, por estarmos passando por um processo de reestruturação, precisaríamos pensar como a formação dos professores de filosofia tem se efetivado e se condiz com a prática na sala de aula do ensino médio. Eu comecei a lecionar em 2012, como contratado, justamente pela falta de profissionais formados na área, ou seja, eu como aluno do 3° ano do curso já estava lecionando, e este movimento em parte foi bom, para de fato ver as possibilidades e dificuldades de um professor de filosofia em uma sala de aula do ensino médio e se o que vinha se aprendendo na universidade condizia com a possibilidade de sua aplicação.

Indagações que foram despertadas ao longo do curso se materializou quando entrei em uma sala de aula como professor. Naquele momento, diante de 30 alunos pensei: Como vou expor

para eles a importância da filosofia através dos filósofos que estou estudando na universidade? Recorri a quem tive como exemplo metodológico: o Trajano.

Tratei de conhecer os alunos primeiro. Seus desejos e ambições. Perguntei o que achavam da Filosofia e o que esperava das aulas. Conteí um pouco como foi meu ingresso no curso e o que me fez ir para as questões filosóficas. Apresentei para eles o currículo e o porquê estudaríamos aqueles temas. A cada apresentação do tema e/ou filósofo buscava primeiro deles, pela sensibilização, se já ouviram sobre o tema, se tinham algum conceito pré-estabelecido sobre ele, e a partir dos elementos que os alunos expunham, partia para algum encontro com o que havia preparado.

Ora, dava super certo, ora não. Alguns super interessados, e outros nem tanto. A preocupação do professor é em cativar a todos para participar e se interessar pelo tema. Não é tarefa fácil. Não é algo que se aprende na universidade. Lá você aprende ou “aprende”. Na escola a dinâmica é outra. A formação didática é fundamental para saber lidar com os jovens, seus anseios, compreender seu momento, sua linguagem, entre outros fatores fundamentais para “entrar” no mundo deles e trazer ele para o seu, e ambos poderem compartilhar seus mundos de uma forma sinérgica. E isso, não vemos em nossa formação.

Mais algumas questões rondavam meu pensamento, como: a formação do Curso de Filosofia é o de formar historiadores de filosofia ou filósofos? E em ambos os casos, qual seria o método? Não obstante, aproximar a filosofia do cotidiano escolar vivido pelos alunos não é uma tarefa fácil, apesar de elas serem interligadas. Os

alunos não têm familiaridade com o exercício do filosofar e, neste caso, pode um professor, querendo contextualizar a filosofia para a realidade deles, cair no erro espontaneísta (SILVA, 2011, p. 125). A culpa não é exclusivamente do professor, mas sim, de sua formação universitária que não o capacita plenamente para esse exercício de diálogo no ensino médio.

Encerradas todas as exposições e reflexões, dias depois, foi marcada uma reunião Departamental para discussão da reestruturação do curso e a pauta de reivindicações. A reunião seria aberta a todos os discentes, e eu, além de discente e representante discente do Departamento, estava na reunião com outros colegas de Curso.

De várias discussões e colocações feitas, a que cabe salientar aqui foi a retomada do debate realizado em 2012 acerca de uma proposta de ser ter uma disciplina que oferecesse justamente este suporte supracitado para o professor e que ele conseguisse articular a filosofia acadêmica com a filosofia do ensino médio (mesmo elas não sendo diferentes, mas sim o seu modo de se comportar), não só a disciplina de Didática ou Estágio, mas uma disciplina essencialmente filosófica pensando os problemas pedagógicos, sendo esta, obrigatória a todos os discentes que fossem para a licenciatura.

Em 2012, a maioria dos docentes do Departamento de Filosofia discordou radicalmente de tal ideia. Eu, na qualidade de discente e representante discente do Departamento, ainda defendi insistentemente a necessidade de tal disciplina. Através de muito empenho foi cedida, mas o questionamento agora era: quem a lecionaria?

Os mesmos docentes, que a princípio eram contrários, já se manifestaram dizendo que não seriam. Os docentes que já tinham sido favoráveis, indicaram o professor Trajano para tal disciplina. Ele aceitou, apesar de dizer que já estava bem sobrecarregado com outras atividades. Nós, como discentes, não desfazendo do nome e do prestígio do professor Trajano, mas justamente para não sobrecarregá-lo e para trazermos um docente que justamente pesquisa e estuda especificamente sobre tal assunto, sugerimos o professor Rodrigo Gelamo (professor que já ministrava outras disciplinas na licenciatura em Filosofia, como: Estágio e Didática que revezava com o professor Vandei) e que tem como pesquisa de sua tese de doutorado “O ensino de filosofia no limiar da contemporaneidade: o que faz o filósofo quando seu ofício é ser professor de filosofia?”. E, neste momento, tivemos outro impasse.

Os docentes do Departamento de Filosofia foram contrários ao nome do Gelamo, argumentando que, por se tratar de uma disciplina que viria a ser oferecida no curso de Filosofia, necessariamente deveria ser ministrada por um professor do Departamento de Filosofia e não de outro Departamento (no caso, o professor Rodrigo é do Departamento de Didática). Este argumento foi rebatido pelo fato que o professor Rodrigo já ministrava disciplinas obrigatórias para a Licenciatura, mas o que estava em jogo não era apenas esta pseudo questão burocrática, mas sim de oferecer uma disciplina de caráter filosófico a alguém do Departamento “da Educação”.

Mediante a isto, sugeri que a disciplina então fosse ofertada tanto pelo Trajano quanto pelo Gelamo, uma vez que o Trajano se disponibilizou, apesar de estar atarefado, sendo o Rodrigo um

professor que conduziria, junto, a disciplina, sendo assim, um professor do Departamento de Filosofia ministrando a disciplina. Dado o devido argumento, os docentes do Departamento de Filosofia não puderam recusar. E a disciplina ficou intitulada como “Questões da filosofia e seu ensino” sendo sua oferta como optativa iniciada no primeiro semestre de 2013, e posteriormente incorporada como obrigatória na reestruturação de curso.

Mesmo com tal inserção da disciplina o curso em sua estrutura não aponta uma importância para a formação do estudante na licenciatura. A disciplina oferecida se apresenta como um paliativo para o déficit da formação. Não deveria ser uma disciplina vista como algo de caráter exclusivamente para a licenciatura, pois já evidenciamos a importância de disciplinas de caráter didático para a formação dos bacharéis e futuros pós-graduados. O curso de Filosofia precisa ser pensado na finalidade de sua formação, respeitando as legislações pertinentes sobre o tema e apresentar uma visão orgânica de formação das modalidades de licenciatura/bacharelado a fim de ser ter um profissional com os instrumentos necessários para o lecionar e o pesquisar, porque ambas as práticas são indissociáveis.

### **Considerações Finais**

Em virtude da minha formação em 2014, não consegui assistir à disciplina pela qual eu junto lutei, mas fiquei feliz pela sua inclusão na grade dos próximos professores de filosofia que seriam formados. A notoriedade e maestria do pensamento do professor

Antônio Trajano foram dignas da criação de um simpósio em seu nome, em homenagem aos seus anos de contribuição para a filosofia no Brasil. A primeira edição ocorreu no ano de 2012 com a frase que mais movia o seu pensar: “Qual o sentido da vida?”. A particularidade deste formato de simpósio seria justamente o de não se referenciar ou citar filósofos, mas sim permitir um pensamento filosófico autêntico. Em 2012 e 2013 ocorreram os simpósios com tal temática, dos quais o Trajano participou.

O Departamento de Filosofia havia afirmado que o evento ocorreria anualmente como forma de incentivar os discentes a elaborar reflexões próprias e até mesmo estimular os docentes a ensaios autênticos. Em 2014, o tema do simpósio foi “O que é filosofia?”, mas infelizmente neste, o Trajano não pôde estar fisicamente presente, pois o evento ocorreu no final de outubro de 2014 e seu falecimento se deu em 11 de setembro do mesmo ano.

Não perdendo a tradição, em 2015, ocorreu o IV Simpósio Antônio Trajano: O que é filosofia? Parte II, do qual pude fazer parte da comissão organizadora, finalizando minha trajetória como graduando no Curso de Filosofia da UNESP e ingressando no mestrado.

Depois de 2015, houve um hiato do evento retornando em 2017 o V Simpósio Antônio Trajano com o tema: Pensar é agir? E desde então, não teve mais o evento. Assim, desde 2013, o Curso de Filosofia veio passando por uma grande reestruturação, ficando homologada, a partir do ingresso da turma do ano de 2017, uma nova grade curricular que, constatada em relação ao tempo de formação, não houve uma mudança substancial, mas sim na

implementação de novas disciplinas que não compunham o rol das disciplinas da licenciatura, como: História e Filosofia da Educação, Políticas Públicas em Educação Inclusiva, Questões de Filosofia e seu Ensino (está já estava incluso desde 2014, mas só apareceu agora na grade curricular atualizada) e Sociologia da Educação.

Pude notar também que a novidade foi a redistribuição das disciplinas de matriz comum e a inclusão de algumas disciplinas novas na base de formação, como: Abordagem Pluralista e Interdisciplinar de Filosofia I e II, Filosofia na Atualidade e Filosofia da Informação. Fico feliz com estas mudanças que poderão ser significativas para a formação das turmas a partir de 2017 (que se formarão em 2021), mas uma pena que o PP não tenha sido atualizado da mesma forma como a grade curricular foi (o último dia de acesso ao site da UNESP/Marília na página do Curso de Filosofia para verificação dos documentos foi realizado em 20/09/2020), ficando expostos aqueles conceitos e textos superficiais da formação do profissional em filosofia. Como pode haver toda a mudança estrutural da grade curricular e os docentes não terem se atentado à reformulação do PP do curso e com a grade do curso antiga ainda anexada ao mesmo? Que a filosofia não seja apenas conceitual, mas também atitudinal.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e**

**Museologia.** CNE/CES 492/2001. Disponível em:  
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 05 set. 2020.

GELAMO, Rodrigo Pelloso. **O ensino de filosofia no limiar da contemporaneidade:** o que faz o filósofo quando seu ofício é ser professor de filosofia?. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Cortez, 1994.

UNESP. **Manual de instruções e normas de graduação.** Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação (Organização e redação TANURI, Maria Leonor; PATROCINIO, Jorgetti; SANTOS, Maria Selma de Souza; OLIVEIRA, Sandra Maria Modesto de; REIS, Vera das Graças Santos). São Paulo: UNESP/Pró-Reitoria de Graduação, 2006.

UNESP. **Projeto Pedagógico do Curso de Filosofia.** Marília, [19-?]. Disponível em:  
<https://www.marilia.unesp.br/Home/Graduacao/Filosofia/projeto.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

SILVA, Vandéi Pinto da. Cotidiano e Filosofia no Ensino Médio: mediações. **Educação em Revista**, Marília, v. 12, n. 1, p. 125-138, jan./jun., 2011.